CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**Lei Municipal nº 1378/94****Alterada e Revogada pela Lei Municipal nº 2781/2011****Ata nº 15/2022**

- 1 Ata da Assembleia Geral Ordinária do **Conselho Municipal de Assistência Social de Santos – CMAS**,
2 realizada no dia 13 de dezembro de 2022, no auditório do EMAPS, sito à Rua Dom Pedro II, 25, com a
3 presença de conselheiros, convidados e a Secretaria Executiva do conselho Sra. Adelma Santos Lima e
4 Tainara Garrido, conforme lista de presença abaixo:

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - EXERCÍCIO 2022			
CONSELHEIRO	REPRESENTATIVIDADE		Novembro
			AGO
Rayssa Ramos Barja	TITULAR	GOVERNO - SEDS	P
Tássia Queiroz Prado	SUPLENTE	GOVERNO - SEDS	P
Nadia Alexandre de S. Queiroz dos Santos	TITULAR	GOVERNO - SMS	P
Maria Anunciação de Jesus Lourenço	SUPLENTE	GOVERNO - SMS	P
Angélica Egler Graça Gomes	TITULAR	GOVERNO - SEDUC	P
Kelly Maria Ursini	SUPLENTE	GOVERNO - SEDUC	***
Alexsander José Guedes	TITULAR	GOVERNO - SEMES	***
Paulo Roberto Paes Musa	SUPLENTE	GOVERNO - SEMES	P
Leonardo Rodrigues de Moraes	TITULAR	GOVERNO - SECULT	P
Marcelo Lattanzi Ramires	SUPLENTE	GOVERNO - SECULT	***
Luiz Otávio Galvão de Barros	TITULAR	GOVERNO - SEDURB	***
Jorge Manuel de Souza Ferreira	SUPLENTE	GOVERNO - SEDURB	P
Ronaldo Francisco Resende	TITULAR	GOVERNO - COHAB	P
Viviane Mota	SUPLENTE	GOVERNO - COHAB	***
Marcus Vinicius Gonçalves Sécio	TITULAR	GOVERNO - SESEG	P
Ana Carolina da Silva Costa Emilio	SUPLENTE	GOVERNO - SESEG	***
Itiel Pereira de Araújo Filho	TITULAR	GOVERNO - SEFIN	JUTIFICADO
Mayara Bessa Cappello	SUPLENTE	GOVERNO - SEFIN	F
Sociedade Amiga dos Pobres – Albergue Noturno	TITULAR	SOC. CIVIL - ENTIDADE	P
ONG Vidas Recicladas	SUPLENTE	SOC. CIVIL - ENTIDADE	P
Instituto Elos	SUPLENTE	SOC. CIVIL - ENTIDADE	F
PROVIVER Obras Sociais e Educacionais	TITULAR	SOC. CIVIL - ENTIDADE	P
Asilo de Inválidos de Santos – Casa do Sol	SUPLENTE	SOC. CIVIL - ENTIDADE	F
Lar das Moças Cegas	SUPLENTE	SOC. CIVIL - ENTIDADE	P
Educandário Santista	TITULAR	SOC. CIVIL - ENTIDADE	P
Lar Evangélico de Amparo a Velhice	SUPLENTE	SOC. CIVIL - ENTIDADE	F
Sociedade São Vicente de Paulo	SUPLENTE	SOC. CIVIL - ENTIDADE	P
Graziela Salomão Velloso	TITULAR	SOC. CIVIL - TRABALHADOR	F
Aurora Fernandez Rodriguez	SUPLENTE	SOC. CIVIL - TRABALHADOR	P
Thaiane Amanda da Silva	SUPLENTE	SOC. CIVIL - TRABALHADOR	P

Paulo Cezar Simoni	TITULAR	SOC. CIVIL - TRABALHADOR	P
Gilmara M. B. Salazar	SUPLENTE	SOC. CIVIL - TRABALHADOR	P
Marcos Leonardo de Oliveira Azevedo	SUPLENTE	SOC. CIVIL - TRABALHADOR	JUSTIFICADO
Mirian da Silva	TITULAR	SOC. CIVIL - TRABALHADOR	P
Katia Ayres Dos Anjos	SUPLENTE	SOC. CIVIL - TRABALHADOR	P
Vago	SUPLENTE	SOC. CIVIL - TRABALHADOR	***
Alaide Maria de Oliveira	TITULAR	SOC. CIVIL - USUÁRIOS	P
Vago	SUPLENTE	SOC. CIVIL - USUÁRIOS	***
Vago	SUPLENTE	SOC. CIVIL - USUÁRIOS	***
Rogério Aparecido	TITULAR	SOC. CIVIL - USUÁRIOS	F
Vago	SUPLENTE	SOC. CIVIL - USUÁRIOS	***
Vago	SUPLENTE	SOC. CIVIL - USUÁRIOS	***
Vago	TITULAR	SOC. CIVIL - USUÁRIOS	***
Vago	SUPLENTE	SOC. CIVIL - USUÁRIOS	***
Vago	SUPLENTE	SOC. CIVIL - USUÁRIOS	***

5

6 Em segunda chamada, a Sra. Josenice, Presidente, cumprimenta os presentes, a seguir, inicia a
7 reunião com o **Item 1** – Apreciação e Deliberação da ata da Assembleia Geral Ordinária do dia
8 22/11/2022, sendo aprovada em unanimidade. **Item 2** – Revalidação de Inscrição das Organizações
9 Sociais: Educandário Santista; ARS; APAE; Mãos Entrelaçadas; ACMD; Cruzadas das Senhoras
10 Católicas; ASPPE; CAMPS; GALP. Sra. Adelma informou que os conselheiros não conseguiram realizar
11 visita a todas as instituições e que algumas foram avaliadas somente por análise documental. Sra.
12 Miriam relatou a visita a oferta Salão Auto Estima, executada pelo Educandário Santista. Não foi
13 possível realizar as visitas aos CECONS, também executados pela OS. Sra. Edivania representante da
14 instituição informou que atende os usuários dos CRAS e CREAS, de todo o território de Santos. Que
15 para treinamento dos alunos é realizado atendimento à população e serviços com agendamento
16 (corte de cabelo, unha, barbearia). Sra. Cris Marinho, representante da SEDS, que coordena os
17 serviços nos CECONS do município informou sobre a oferta do serviço nos territórios, que são
18 executados pela PSB e vinculados diretamente ao acompanhamento no CRAS, destinado a famílias
19 com as diversas vulnerabilidades que a Política de Assistência Social atende. A conselheira Katia
20 informou sobre a visita na OS ARS, que foi realizada com a conselheira Thaianne. Discorreu sobre a
21 oferta executada, que é o acompanhamento de idosos e PCD em domicílio. Ainda, que o CRAS
22 Centro já tem realizado o serviço, aproveitando para solicitar ampliação das equipes que executam
23 a oferta no município. Sra. Samanta (DEPROS-B) informou que sobre a execução do serviço no CRAS
24 Centro, iniciará em 2023. Sobre a ampliação do serviço nos demais territórios, Sra. Camila (COPROS-
25 B) esclareceu que o atendimento a este público é realizado no CRAS e que somente as pessoas que
26 não conseguem chegar ao serviço, geralmente, por dificuldade de locomoção, ou seja, um público

27 muito específico, é atendido pelo serviço em tela, assim, a ampliação das equipes é realizada de
28 forma gradual e com diagnóstico. Sra. Roseli, representante da OS informou que atuam no;
29 território do Alemoa, com acompanhamento sistemático a treze famílias, no momento. A
30 conselheira Rayssa realizou o relato da visita na APAE, sendo que este executa três ofertas. Sra.
31 Camila e Sra. Adriana, representantes da organização discorreram sobre as atividades desenvolvidas
32 e a metodologia de trabalho. Informaram que possuem advogada assistencial. Possuem uma lista
33 de espera extensa e ressaltaram o aumento de situações de violações de direitos entre os atendidos.
34 Sra. Rayssa informou que o plano da OS Mãos Entrelaçadas, foi entregue novamente, com
35 alterações, continuando os conselheiros da Comissão de Política com dificuldades em encontrar nas
36 ações desenvolvidas correlação com a Política de Assistência. Mesmo assim, foi considerado o
37 trabalho da OS, assim, sendo favorável a revalidação da inscrição, com ressalvas. A conselheira Katia
38 informou sobre a visita na OS ACMD, apresentou a oferta que a instituição executa, sendo assessoria
39 para as OS, principalmente com relação ao PRO-Social. Sra. Adelma pergunta a representante da OS
40 se também realizam orientações com relação ao CEBAS. Sra. Debora, representante da OS informou
41 que sim, que estão realizando o assessoramento de forma remota, pois perderam o espaço que
42 tinham, no período da pandemia. Sra. Katia informou que foi realizado visita a OS Cruzada das
43 Senhoras Católicas no início do ano, porém ainda estavam se organizando para início das atividades,
44 sendo realizado visita novamente no mês de novembro, sendo presenciado as atividades em
45 execução. Sra. Josenice pergunta sobre a articulação com os CRAS e a Sra. Sara, representante da
46 OS informou que possuem três turmas por ano e enviam e-mail a todos os CRAS com a divulgação
47 das inscrições, também realizam palestras e atendimentos com os usuários atendidos. Sra. Katia
48 ressalta a necessidade de pensar em estratégias para encaminhamento/articulação com o mercado
49 de trabalho. A organização ASPPE foi analisada para revalidação sem visita, somente com análise
50 documental. Sra. Raquel, representante da OS apresentou as duas ofertas executadas, sendo
51 abordagem social de crianças e adolescentes e socio aprendizagem. Sra. Josenice questionou o
52 horário da equipe de abordagem. Sra. Raquel informou que o serviço é executado nas ruas do
53 município de quarta-feira a domingo, das 11 horas as 22 horas e nos períodos de ausência da equipe
54 da ASPPE, a abordagem é executada pela equipe de abordagem da rede própria. Ainda, ressalta que
55 com a pandemia a situação do trabalho infantil no município vem se transformando, sendo que a
56 equipe tem abordado muitas famílias nas ruas, além de estrangeiros. O trabalho de comiseração e
57 ambulantes são os predominantes. Sendo Santos um município com características higienizantes,
58 este é um grande desafio para a equipe. Sobre a ampliação dos horários e dias da abordagem,
59 informou que já estão sendo realizadas tratativas com a SEDS para ampliação da execução do

60 serviço. Sr. Rodrigo (DEPROS-E) corroborou com a fala, informando que a SEDS tem trabalhado na
61 questão apresentada, faltando orçamento para concretização. Sra. Adelma discorre sobre a forma
62 de contratação da organização (MEI), que além de não garantir continuidade, em um serviço que é
63 contínuo, fragiliza o trabalhador, reverberando no atendimento prestado ao munícipe, assim, será
64 enviado ofício a OS com recomendações. Sra. Fernanda perguntou sobre a idade para ingresso no
65 programa jovem aprendiz. Sra. Raquel informou que na socio aprendizagem o foco da instituição é
66 jovens a partir de 18 anos, atendendo também adolescentes a partir de 14 anos. Que não possuem
67 outros critérios para inserção. Sobre a revalidação do CAMPS, Sra. Adelma informa que a análise da
68 revalidação foi realizada somente pelo plano entregue, plano que não atendeu os requisitos do
69 CMAS, sendo informado a organização em tempo hábil, porém sem retorno por parte da instituição
70 com as devidas alterações. Sra. Veronica, representante da OS informou sobre as ações
71 desenvolvidas pela organização. Também realizou a divulgação das atividades realizadas aos
72 sábados, que não são inscritas no CMAS. Estão também com projeto para acompanhamento de
73 estágios. Sra. Katia solicita que a equipe técnica tenha mais preparo e cuidado no trato com os
74 adolescentes encaminhados pelos rede, pois existe histórico de dificuldade desses jovens
75 conseguirem ingressar e dar continuidade no processo, por conta da rigidez da instituição. Sra.
76 Veronica informou que foi aprendiz e que a equipe está preparada, sendo as regras necessárias,
77 pois as empresas exigem muito dos jovens e para manutenção dos contratos e para que os
78 encaminhamentos sejam realizados é necessário a utilização da metodologia atual. Sra. Rayssa
79 perguntou sobre o número de vagas reservada ao público da Assistência Social, sendo respondido
80 que atualmente não possui limitação de vagas, que todos os encaminhamentos são recebidos e
81 analisados, sendo atendidos dentro das possibilidades. A OS GALP também foi analisada somente
82 documentalmente. Sra. Lenir, representante da OS justificou a entrega da documentação tardia,
83 pois estavam passando por adequações, inclusive da alteração do nome da OS. **Item 3 –**
84 **Cancelamento de Inscrição da Organização Social: Fundação Lusíadas.** O conselheiro Paulo informou
85 que após análise da documentação foi realizada visita a organização, que informou que no ano de
86 2022 não executou a oferta por problemas de saúde da profissional que desenvolve o projeto. Sra.
87 Lucilda, informou que fez uma cirurgia de grande porte, mas que voltou assim que possível, que
88 estava no escritório, mas a oferta não foi executada por falta de procura. Declarou que não concorda
89 com o cancelamento pois não foi orientada dos prazos para paralisação da oferta. Sra. Adelma
90 informou que quando a OS solicita inscrição no CMAS ela tem que ter conhecimento das legislações
91 e normativas vigentes e que o CMAS em nenhum momento foi comunicado, nem mesmo descrito
92 no plano, que a oferta não estava sendo executada, sendo revelado a situação somente na ocasião

93 da visita. Sra. Lucilda, declarou que não sabia que tinha que informar, que não foi orientada. Sra.
94 Josenice explica aos presentes, que as OS tem a obrigação de conhecer as legislações e que precisam
95 procurar o conselho em caso de dúvidas. Sra. Tainara explicou sobre o processo de análise, que
96 tentou contato telefônico, porem na instituição informaram que nem sabiam se a mesma ainda
97 trabalhava lá, ou seja, houve muita dificuldade de contato. **Item 4** – Apreciação e aprovação da
98 rede socioassistencial 2023 com cofinanciamento. A conselheira Tassia, representante da gestão,
99 apresentou os valores com reajuste para cofinanciamento da rede socioassistencial. Explicou que
100 tirou todos os pagamentos dos termos de colaboração do FNAS, assim serão todos pagos com FMAS,
101 para evitar desgastes, pois os repasses do FNAS não estão sendo honrados. O reajuste foi divulgado
102 na sexta feira. As entidades que recebem pelo FEAS seguirão recebendo pelo FEAS. Na planilha foi
103 apresentado algumas ampliações de serviço, sendo o primeiro a Casa de passagem MVV, que foi
104 proposta de conferência. O serviço será executado pela OS Albergue Noturno, que foi selecionada
105 após chamamento público. O abrigo sigiloso irá para um local menor, e a casa de passagem para
106 MVV será executada nesse endereço. A execução do serviço será de forma mista, sendo a equipe
107 técnica e a coordenação do abrigo sigiloso. Funcionará como casa de passagem, ou seja, para
108 acolhida inicial, sendo realizada avaliação de risco para demais encaminhamentos. A conselheira
109 Anunciação, que também é conselheira do CMI, questiona sobre ampliação de serviços de
110 atendimento a idosos, pois por consequência da carência de atendimento a essas pessoas, o
111 atendimento muitas vezes fica somente com o agente comunitário. A segunda ampliação de serviço
112 é o serviço de acolhimento Êxodo, executado pela OS Vidas Recicladas, que foi criado para atender
113 as necessidades da pandemia, com recurso próprio para este fim, e que atualmente se faz
114 necessário sua manutenção. Sr. Rodrigo explica que a OS já estava aprovada para firmar a parceira,
115 pois participou do credenciamento que ocorreu em 2021. Sra. Aurora, verbalizou sobre o trabalho
116 realizado com a população de rua, em outras formas de socialização e atendimento, diferente do
117 acolhimento institucional, envolvendo várias ações, de saúde e educação, questionando o valor do
118 recurso tão grande ser direcionado para uma única OS, provocando os participantes a pensar que
119 outras formas deveríamos ofertar, além da institucionalização dos usuários. Também foi divulgado
120 que a OS Casa Vó Benedita executara o quarto abrigo de criança e adolescentes. Sr. Rodrigo explica
121 novamente, que houve dispensa de chamamento público, pois a OS também foi credenciada no ano
122 de 2021. A conselheira Aurora ressaltou que o nosso objetivo não é o acolhimento e sim o
123 acompanhamento, e que o acolhimento institucional trás graves prejuízos por consequência
124 principalmente do isolamento das crianças e adolescentes, assim o município deveria estar
125 debruçado em outras alternativas para a situações que necessitam de afastamento familiar. Sr.

126 Rodrigo informou que já estão sendo pensadas outras formas, como a alteração da lei guarda
127 subsidiada, que está tramitando sendo uma boa estratégia para evitar o acolhimento, prevendo um
128 aumento de 20 para 50 beneficiários. Explica ainda, que o pactuado com o governo estadual e
129 federal são quatro abrigos de criança e adolescente e com o encerramento das atividades do Lar
130 Santo Expedito, a gestão somente substituiu a OS que executava as 20 vagas já pactuadas. Sr.
131 Rodrigo falou da ampliação do auxílio moradia, que estão estudando um aumento de cerca de 10%.
132 Sra. Aurora questionou se o auxílio aluguel também contempla os jovens que passam a vida no
133 acolhimento e ao completarem 18 anos, precisam sair dos acolhimentos. Sra. Rodrigo respondeu
134 que possuem a Republica de Jovens. Sra. Tania (Casa da Criança) manifestou dificuldade na
135 conceção de auxílio moradia, mesmo com análise da Defesa Civil. A conselheira Katia verbalizou a
136 importância de delimitar o papel da assistência nos atendimentos, para não abarcar a demanda de
137 outras políticas e sobre o Programa Guarda Subsidiada, solicitou novamente articulação para
138 ampliação do mesmo em outros municípios. Sr. Rodrigo concordou, informando que a gestão terá
139 que rever o decreto, é que esta solicitação terá atenção. A conselheira Rayssa manifestou a
140 necessidade de manutenção das 20 vagas de acolhimento, e que perder essas vagas seria um grande
141 prejuízo. Como técnica de serviço de acolhimento que foi recentemente, sentiu na rotina, o quanto
142 era difícil trabalhar com as vagas que existente. O serviço para pessoa em situação de rua, estando
143 na mesma situação, em muitas vezes não sendo o suficiente. Sra. Fernanda perguntou para o
144 conselheiro representante da COHAB sobre o plano de situações de calamidade e risco. O Sr.
145 Ronaldo informou que em situações de calamidade e risco é realizado o acompanhamento e que as
146 famílias podem ser contempladas com auxílio financeiro ou com moradia quando tem conjunto
147 habitacional disponível. Houve muitos questionamentos com relação a atuação/ação da COHAB,
148 porem como não estava na pauta e não foi possível inserção em assuntos gerais por consequência
149 do horário avançado, ficou acordado que um representante da COHAB será convidado para falar
150 em outra AGO. A rede 2023 é aprovada pelo colegiado. **Item 5** - Eleição de novos conselheiros e
151 abertura de vagas remanescentes. Sra. Adelma informou que para a vaga no segmento
152 representantes dos trabalhadores e organização de trabalhadores foram inscritos dois
153 trabalhadores, sendo a Sra. Mayra, trabalhadora da OS Associação Beneficente Mãos Entrelaçadas
154 e uma representante da OS Anália Franco. Como a representante da Os Anália Fraco não
155 compareceu a assembleia, não houve eleição, sendo a Sra. Mayra empossada conselheira. A Sra.
156 Tainara informou que ainda possuem sete vagas para o segmento usuários. Sra. Josenice novamente
157 solicita que os trabalhadores presentes pensem em estratégias nos serviços para que os usuários
158 possam participar do controle social. **Item 6** – Informes do CMAS e relato das Comissões. Sra.

159 Josenice anunciou novamente que o conselho precisa de dois secretários. Sra. Fernanda se
160 prontificou. Também foi informado a necessidade de mais um conselheiro para compor o NEP em
161 2023. Sra. Aurora se disponibilizou. Sr. Paulo, coordenador da Comissão de Política informou que
162 não foi possível realizar visitas em todas as OS e que no início do ano a Comissão irá iniciar as visitas
163 pelas organizações que foram revalidadas com ressalvas. Informou também que no início do ano já
164 está sendo planejado uma capacitação para a Comissão de Política. Sra. Rayssa informou sobre o
165 processo de revalidação da inscrição da OS Lar Espirita Mensageiro da Luz – Assistência à Paralisia
166 Cerebral. Sendo que esta foi analisada anteriormente pela DRADS e tendo sua inscrição cancelada
167 pelo Estado, por não atender aos requisitos de atendimento da Política de Assistência Social.
168 Informou que o plano de trabalho entregue pela OS realmente não atende aos requisitos e que as
169 ações são da Política da Saúde. Foi realizado diversas conversas com a organização e pactuado que
170 a instituição irá em 2023, desenvolver atividade de Centro Dia, para atendimentos aos usuários da
171 Política de Assistência. Sra. Fernanda discordou, solicitando o cancelamento da inscrição já que a
172 mesma não está de acordo com as normativas da Política de Assistência. Sr. Rodrigo falou do
173 convênio que a SEDS possui com a organização e na dificuldade de acolhimento de pessoas com
174 paralisia cerebral nos acolhimentos do município, por esse motivo, a gestão participou das tratativas
175 junto à organização, realizando apelo e solicitando a compreensão do colegiado, para manutenção
176 da inscrição no próximo ano. Sra. Katia falou da necessidade da gestão se debruçar na problemática,
177 sendo necessário ampliação e adequação dos serviços para recebimentos dos usuários da Política
178 de Assistência, sem restrições, conforme prevê a legislação. Sra. Fernanda alertou que a revalidação
179 de serviço que não está sendo executado abre um precedente, sendo que as demais OS precisam
180 do mesmo tratamento. Sra. Gilmar solicitou coerência uma vez que os acolhimentos da região, não
181 possuem condições de acolher as crianças que estão na organização. Sra. Edna, representante da
182 OS falou que as crianças atendidas são como filhos, e que se não houver a manutenção do repasse
183 do recurso do convênio não tem como manter os acolhidos e que ninguém receberia as crianças
184 que eles cuidam. Estão com uma dívida de mais de R\$150 mil/mês, e irão fazer o que for necessário
185 para manutenção da inscrição, sendo orientados pelo Sr. Rodrigo na construção do plano de ação
186 do Centro Dia. A revalidação ficou pendente, sendo vinculada a entrega do plano de ação do Centro
187 dia até o dia 31 do mês vigente. Sra. Rayssa relatou que na Comissão de Instância, foi analisado o
188 relatório sobre as condicionalidades do PAB. Não houve reunião das Comissão de Legislação e de
189 Finanças. **Item 7 – Informes do Gestor.** Sra. Rayssa falou sobre a Instrução Normativa Conjunta nº
190 5/MC/SE/SECAD-SEDS/SENARC de 04 de novembro de 2022 que define e divulga os procedimentos
191 operacionais, o cronograma e as repercussões relativas ao processo de Averiguação Cadastral

192 Unipessoal, voltada para famílias unipessoais inscritas no Cadastro Único. Essa instrução indica o
193 bloqueio de cadastros de famílias unipessoais que não forem averiguadas/fiscalizadas pelas equipes
194 de cadastro com vistas a penalização dos beneficiários caso não se comprove a veracidade das
195 informações prestadas pelas famílias nas entrevistas. Sugeriu fazer moção de repudio. Sra. Samanta
196 (DEPROS-B) esclarece que não cabe somente aos CRAS esse atendimento, que a população em
197 situação de rua, que não entraria nessa averiguação, mas que já está aparecendo no CRAS,
198 solicitando atendimento. A situação é bem grave pois a averiguação cadastral sempre foi baseada
199 no cruzamento de dados, e com essa instrução fica baseada em uma suposição, de que a família
200 declarou que vive sozinha e que supostamente está declarando informação falsa. O governo federal
201 quer entender o motivo de tem aumentado tanto o número de cadastros unipessoal, também
202 repercutirá nos beneficiários do BPC. Ficou definido que a Sra. Samanta iniciará o texto da nota de
203 repudio e os conselheiros darão continuidade na escrita. Sra. Rayssa apresenta os valores do
204 cofinanciamento Federal para 2023, sendo os mesmos valores de 2022, valores pactuados e não
205 repassados. Sra. Aurora sugeriu fazer também uma nota de repudio sobre os valores pactuados e
206 não honrados pelo governo federal. Os valores pactuados para 2023 do Governo federal são
207 aprovados pelo colegiado. Sra. Rayssa entregou em mãos o Plano de Trabalho do Prospera Família,
208 informando que foi publicado no DO na data presente. Não foi possível a análise do plano na
209 assembleia. **Item 8** – Assuntos Gerais. Sra. Adelma relatou sobre o Encontro de CMAS BS, que
210 ocorreu no dia 30/11, ressaltou a necessidade de maior comprometimento dos conselheiros com
211 as atividades, uma vez que são solicitadas capacitações e alguns conselheiros não participaram de
212 nenhuma capacitação. Sra. Josenice informou que em janeiro terá reunião da Comissão de Finanças
213 e AGO, as demais comissões retornarão as atividades em fevereiro. Não tendo mais assuntos a
214 tratar, agradece a todos pela participação, especialmente porque foi um ano muito difícil, desejando
215 a todos um natal abençoado.